



718
pp

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº
0329379-8

EMBARGANTE: Thiago dos Santos Ratis

Advogada: Dra. Gilmara Carvalho dos Santos

EMBARGADO: Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Thiago Arraes de Alencar Norões

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS.
VENCIMENTOS. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.
AGRAVO DE INSTRUMENTO. COGNIÇÃO SUMÁRIA.
OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. OPOSIÇÃO
IMPROVIDA. DECISÃO UNÂNIME.

1 – Tenho que as alegadas omissões não merecem acolhida. Ressalto que o Agravo de Instrumento é considerado um recurso emergencial, posto que – para o seu provimento – são analisados, basicamente, dois requisitos, quais sejam: a fumaça do bom direito e o risco de dano irreparável ou de difícil reparação. Isso quer dizer, quando da apreciação de um recurso desta natureza, o magistrado aprecia sumariamente o pedido, para conceder ou não o perseguido efeito suspensivo. Tal colocação implica em dizer que questões meritórias são colocadas *a latere*, devendo ser observadas pelo juízo de piso, por ser ele o competente para tal desiderato.

2 – *In casu*, restou evidenciado que não se concederá medida liminar para efeito de vencimentos e vantagens pecuniárias. Além do que, os pontos controvertidos levantados pelo Recorrente na inicial da ação ordinária, devem ser melhor escandidos em cognição exauriente, para que não restem dúvidas quanto à percepção “*gratificação de incentivo a qualificação profissional (GIQF)*”. Por outro lado, não **vislumbrei** o perigo efetivo de que, da decisão **então** agravada viesse

resultar lesão grave ou de difícil reparação ao direito do Recorrente que, se vencedor na demanda originária, terá como reaver a diferença em seus vencimentos ou proventos.

3 – Embargos Declaratórios Improvidos.

4 – Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento nº 0329379-8, em que figura como embargante Thiago dos Santos Ratis e como embargado Estado de Pernambuco. Acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia 18 / 06 / 2014, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, negando-lhes provimento, tudo na conformidade do voto e demais termos que integram o presente julgado.

Recife, 18/06/2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



120
20

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº
0329379-8

EMBARGANTE: Thiago dos Santos Ratis

Advogada: Dra. Gilmara Carvalho dos Santos

EMBARGADO: Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Thiago Arraes de Alencar Norões

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão lavrado nos autos do agravo de instrumento que, sob a ótica do embargante, incorreu em omissão, ao negar provimento ao instrumentalizado, mantendo-se incólume a decisão interlocutória então recorrida.

O embargante opôs os presentes aclaratórios, alegando – resumidamente – em suas razões, que o acórdão embargado incorreu em omissão, pois deixou de se manifestar acerca da possibilidade de concessão da tutela antecipada ou liminar, com arrimo nos arts. 7º da lei nº 12.016/2009 e art. 1º das leis nºs 9494/97 e 8437/92. Acrescenta a carência de fundamentação do julgado então recorrido.

Requer, ao final, o embargante, que sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhe regular processamento, para sanar a omissão, prequestionando a matéria apresentada.

É o relatório.

Recife, 18 / 06 / 2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



123
70

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº
0329379-8

EMBARGANTE: Thiago dos Santos Ratis

Advogada: Dra. Gilmara Carvalho dos Santos

EMBARGADO: Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Thiago Arraes de Alencar Norões


Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

O inconformismo do embargante reside contra acórdão lavrado nos autos do agravo de instrumento que, sob a sua ótica, incorreu em omissão, ao negar provimento ao instrumentalizado, mantendo-se incólume a decisão interlocutória então recorrida.

É sabido que os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver na decisão embargada, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (Incisos I e II, do art. 535, do CPC), e, em face de construção jurisprudencial, admissível em decisão em sentido amplo. Em regra, não possuem os Embargos de Declaração, caráter substitutivo ou modificativo do julgado embargado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor. Assim, visa-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

Tenho que as alegadas omissões não merecem acolhida. Ressalto que o Agravo de Instrumento é considerado um recurso emergencial, posto que – para o seu provimento – são analisados, basicamente, dois requisitos, quais sejam: a fumaça do bom direito e o risco de dano irreparável ou de difícil reparação. Isso quer dizer, quando da apreciação de um recurso desta natureza, o magistrado aprecia sumariamente o pedido, para conceder ou não o perseguido efeito suspensivo. Tal colocação implica em dizer que questões meritórias são colocadas *a latere*, devendo ser observadas pelo juízo de piso, por ser ele o competente para tal desiderato.



122
110

In casu, restou evidenciado que não se concederá medida liminar para efeito de vencimentos e vantagens pecuniárias.

Além do que, os pontos controvertidos levantados pelo Recorrente na inicial da ação ordinária, devem ser melhor escandidos em cognição exauriente, para que não restem dúvidas quanto à percepção "*gratificação de incentivo a qualificação profissional (GIQF)*".

Por outro lado, não vislumbrei o perigo efetivo de que, da decisão então agravada viesse resultar lesão grave ou de difícil reparação ao direito do Recorrente que, se vencedor na demanda originária, terá como reaver a diferença em seus vencimentos ou proventos.

A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, contudo de maneira contrária à parte, ora embargante, que de forma reiterada, trouxe questões alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o propósito de rediscutir matéria já decidida.

Se porventura pretende o embargante modificar o aresto hostilizado, almejando que lhe seja conferida solução diversa, este poderá se valer de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame ora postulado, em sede de embargos de declaração.

Assim, em face do exposto, voto no sentido de negar provimento aos presentes aclaratórios, mantendo-se incólume o acórdão recorrido.

É como voto.

Recife, 18 / 06 / 2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator